

No 8 de Janeiro, reação conjunta dos Três Poderes rechaçou golpismo

8 de Janeiro Rejeição à decretação de operação de GLO foi crucial para manter controle da situação União imediata em defesa da democracia foi resposta dos Poderes aos atos golpistas

Fábio Murakawa, Isadora Peron, Luísa Martins e Renan Truffi De Brasília

Na noite de 8 de janeiro de 2023, assim que os golpistas foram retirados do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal (STF), a então presidente da Corte, Rosa Weber, rumou para a Esplanada dos Ministérios. Em meio ao rastro de destruição, determinou que o plenário fosse reconstruído a tempo da retomada dos trabalhos do Judiciário, em 1ª de fevereiro. Autoridades dos outros Poderes também visitavam os estragos e davam andamento a uma histórica reação institucional em defesa da democracia.

No Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) articulava, para a manhã do dia seguinte, uma reunião com os chefes dos três Poderes. A cúpula do Legislativo — cuja sede foi a primeira a ser invadida pelos vândalos — estava fora de Brasília, mas também reagiu rapidamente aos ataques. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), telefonou para Rosa Weber, enquanto Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, foi às redes sociais rechaçar “a baderna, a destruição e vandalismo”. Governadores dos mais variados partidos, governistas e de oposição, também uniram esforços e se preparavam para desembarcar em Brasília nas horas seguintes.

A primeira reação aos atos foi simbólica. Além de convocar uma reunião para as 9h para tratar do assunto, Lula decidiu naquela noite ir imediatamente ao STF encontrar com Rosa Weber. Com esses gestos, quis demonstrar que as instituições continuariam funcionando, a despeito dos danos físicos causados pelos golpistas nos prédios públicos — o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa os R\$ 15 milhões.

“A Justiça é muito mais do que um prédio e demos a volta por cima”, resume o atual presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Para ele, os episódios de 8 de janeiro foram o “ponto culminante” de um processo contínuo de “desrespeito às instituições e de desprezo pela democracia”. No diagnóstico do ministro, “a indignação da sociedade e a imediata reconstrução do Supremo acabaram transformando o episódio em uma prova de vitalidade democrática”. “No lamentável episódio de 8 de Janeiro, o golpismo foi possivelmente sepultado. Mas ainda há muito ódio no ar. Precisamos desarmar os espíritos e trabalhar pela pacificação do Brasil”, afirma Barroso ao Valor.

No Executivo, fontes também afirmam que essa resposta imediata de autoridades contribuiu para fortalecer as relações entre as instituições. E fazem ainda uma leitura de que os saldos dos atos daquele dia



Golpistas invadem sedes dos três Poderes: rechaço das instituições uniu autoridades federais, governadores de vários partidos, governistas e de oposição

poderia ter sido pior: apesar das falhas de segurança que permitiram o livre trânsito de invasores, a percepção hoje é de que uma reação mais contundente poderia ter escalado o conflito com militares.

As falhas da segurança do Palácio do Planalto também fizeram o presidente descartar, desde o princípio, a possibilidade de decretar uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o que colocaria as Forças Armadas no centro do comando do país. “Houve uma tentativa de golpe, que só não se efetivou por detalhes. O que faltou talvez tenha sido um levante das Forças Armadas, do oficialato. A GLO poderia ter aberto um caminho”, afirma uma fonte graduada do governo.

Hoje, argumenta-se no Ministério da Defesa que não houve um rompimento institucional justamente devido ao compromisso do conjunto das Forças com o legalismo. Mas, àquela altura, a desconfiância de Lula e seu entorno em relação aos militares, muito ligados ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atingiu o ápice. Em vez disso, optou-se por decretar intervenção federal na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Fe-

deral, comandado à época por Anderson Torres, que até dias antes era ministro da Justiça.

Ex-auxiliar de Bolsonaro, era papel de Torres garantir a segurança da Esplanada. Sua indicação ao cargo foi criticada por ministros desde o governo de transição.

Relatos de policiais apontam para a atuação de uma turba caótica. Eles, no entanto, afirmam que, apesar da aparência, havia método e muito planejamento por trás das invasões.

Enquanto alguns simplesmente destruíam obras de arte e objetos de valor, outros urriavam e defecavam em salas do Palácio do Planalto, outros se dirigiram para pontos estratégicos. Computadores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) desapareceram, assim como armamentos depositados em uma sala do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

“A grande maioria estava achando que seria uma festa, uma bobagem, uma manifestação, uma arruaquinha. Mas alguns vieram com outra intenção”, aponta um ministro de Lula.

Em entrevista ao jornal “O Globo”, o ministro do Supremo e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, afirmou que as investigações chegaram a desvendar três planos contra ele, que envolviam até homicídio. “O terceiro, de uns mais exaltados, defendia que, após o golpe, eu deveria ser preso e enforcado na Praça dos Três Poderes. Para sentir o nível de agressividade e ódio dessas pessoas, que não sabem diferenciar

uma pessoa física da instituição.”

A cúpula do governo constatou ainda que os golpistas se aproveitaram da fragilidade das mudanças que estavam sendo promovidas dentro do GSI no início do governo. Nos dias anteriores, haviam sido exonerados dezenas de funcionários ligados ao ex-titular da pasta Augusto Heleno, um dos auxiliares mais próximos de Bolsonaro. Outros funcionários que haviam trabalhado na posse de Lula estavam de folga.

A atuação do GSI no episódio acabou custando o cargo do titular do órgão na ocasião. Então à frente da pasta, o general Gonçalves Dias — indicado por Lula — apareceu em imagens da câmera de segurança do Planalto interagindo com invasores. Ele pediu demissão em abril após a repercussão do vídeo. Na época, afirmou que foi ao Planalto para retirar os vândalos do local.

As críticas ao GSI se somam à avaliação de que a Guarda Presidencial se omitiu, permitindo a invasão ao Planalto. Um ano depois, ministros ouvidos pelo Valor opinam ainda que a falta de reação acabou tendo um efeito inverso ao que pretendiam os golpistas. Segundo esses auxiliares de Lula, o protocolo em todo o mundo nesses casos é reagir com munição letal. Mas, na avaliação deles, isso poderia ter sido o catalisador de uma intervenção militar.

“Houve um milagre: em qualquer protocolo, em tentativa de invasão do palácio do governo, o protocolo é atirar. Se por um lado

a omissão dos batalhões provocou tudo isso, por outro, se o protocolo tivesse sido seguido, talvez tivesse propiciado o cenário para um golpe”, diz um ministro.

Outro auxiliar direto do presidente vai na mesma linha. “Aqui, se tivesse disparado tiro com munição real contra manifestantes desarmados, o que teria ocorrido? Quais seriam as consequências se alguém fosse acertado pelas costas?”, questiona essa fonte. “O presidente da República não estava no interior do Palácio. Se houvesse mortos aqui com disparos, as consequências talvez tivessem sido mais graves.”

A reação cautelosa também foi a ação no acampamento em frente ao comando do Exército, onde pessoas protestavam contra o resultado das eleições de 2022. Na noite dos atentados, após Lula visitar o Planalto, os ministros Rui Costa (Casa Civil), Flávio Dino (Justiça) e José Múcio (Defesa) conversaram com o então comandante do Exército, Júlio César de Arreda. Houve negociação para prender todos que estavam acampados ainda à noite. Mas foram feitos apelos dos militares para que isso ocorresse à luz do dia, alegando que have-

ria um “banho de sangue”. “A minha teoria é que naquela noite saíram de 300 a 400 pessoas do acampamento”, diz uma fonte que acompanhou a negociação.

Após o episódio, a reação institucional foi acompanhada de uma resposta na Justiça. Ainda na noite de 8 de janeiro, de férias em Paris, o ministro Alexandre de Moraes começou a dar as primeiras decisões com o intuito de punir quem participou, incitou ou financiou a invasão das sedes dos três Poderes. Entre elas, determinou o afastamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e a prisão de Torres. Ele também mandou prender todas as pessoas que continuaram em frente ao Exército em Brasília. O recado era claro: a tolerância seria zero com qualquer autoridade que incentivasse ou se omitisse diante dos atos antidemocráticos.

No 8 de Janeiro, apenas 243 pessoas foram presas dentro dos prédios públicos e na Praça dos Três Poderes após a ação da polícia para retomar as sedes do Congresso, do Planalto e do Supremo. No dia seguinte, mais 1.927 pessoas, que estavam acampadas, foram detidas.

Com o avanço das investigações, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou 1.413 denúncias contra os golpistas. Nove meses depois dos ataques, o STF começou a analisar as ações penais e a condenar os primeiros réus que participaram dos ataques. Até agora, a Corte analisou 30 processos e aplicou penas que chegam a até 17 anos de prisão.

Do total de denunciados, cerca de mil pessoas tiveram a ação penal suspensa a pedido de Moraes, e a PGR avalia a possibilidade de acordo desde que eles admitam os crimes, paguem multas e cumpram outras medidas, como realizar um curso sobre a importância do regime democrático.

Segundo esse entendimento, o Supremo já validou 38 acordos. Ao todo, seguem presas 66 pessoas, das quais 25 são investigadas por financiamento ou incitação aos crimes.

Em 2023, porém, a Corte analisou somente casos de quem efetivamente depredou o patrimônio público ou foi preso em flagrante em frente ao Exército. Para este ano, a expectativa é que as investigações cheguem aos grupos responsáveis por patrocinar a barbárie e aos “mentores intelectuais” dos atentados, entre eles políticos, empresários e integrantes das Forças Armadas.

Um passo para isso já foi dado: em meados de dezembro, a PGR apresentou a primeira denúncia contra um dos financiadores dos atentados. O alvo foi um empresário de Londrina (PR), que gastou R\$ 59,2 mil para fretar quatro ônibus e levar 108 pessoas a Brasília. (Colaboração Caetano Jorgetti, Julia Lindner e Marcelo Ribeiro)

PGR denunciou 1.413; STF aplicou penas que chegam a até 17 anos de prisão

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Página: 6